

ACTA N.º 26

Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia 30 de Abril de 2001.

Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e um, no salão da Junta de Freguesia, esteve reunida a Assembleia Municipal de Alpiarça, em sessão ordinária, por convocação do seu Presidente, Sr. Olímpio Francisco de Oliveira.

Para além do Presidente da Mesa compareceram os seguintes membros: Vera Santos Noronha, Armindo Gaspar Pinhão, Álvaro Favas Brasileiro, Henrique Freilão Arraiolos, Josué Silva Cavalheiro, Manuel Isidoro Feliciano, Maria Fernanda Tirano, Maria de Fátima Rodrigues, António José Coelho, Maria Manuela Duque, António Jesus Milheiriço, Filipe Malacho, Raquel Abalada e António Conceição Moreira.

Ausente o autarca Fernando Vital.

Constituída a Mesa, pelo seu presidente, e pelos secretários Vera Santos Noronha e Maria de Fátima Rodrigues, foi iniciada a sessão cerca das vinte e uma horas e trinta minutos.

Foi posta à aprovação a acta número vinte e quatro, respeitante à sessão de vinte e oito de Fevereiro do ano em curso, com a proposta de uma alteração pela autarca Vera Noronha, no sentido de se retirar um parágrafo na primeira página, onde constava a presença do eleito Orlando Marques, por lapso. Esta autarca fez ainda um pedido como primeira secretária, para que os Serviços Administrativos da Câmara Municipal tenham a acta pronta, no máximo após um mês das respectivas sessões, quase em definitivo e que a mesma lhe fosse presente para que a possa corrigir com alguma brevidade de modo a esta documentação seguir nas pastas para todos os eleitos. O autarca Henrique Arraiolos usou da palavra para propor algumas alterações nas páginas sete e oito da acta. Após estas propostas a acta foi votada e aprovada por maioria com uma abstenção.

O autarca António Milheiriço fez declaração de voto no sentido de justificar a sua abstenção, dado não estar presente na respectiva sessão.

De seguida foi posta à discussão a minuta da acta número vinte e cinco, respeitante à sessão extraordinária das Comemorações do 25 de Abril, de vinte e quatro do mês em curso, a qual foi aprovada por maioria com uma abstenção.

A Ordem de Trabalhos, foi a seguinte:

Ponto um – Conta de Gerência e Relatório de Actividades – 2000;

Ponto dois – Relações de Geminação entre a cidade de WYSOKIE MAZOWIECKIE, na Polónia e Alpiarça;

Ponto três – Empréstimo de 31.686.500\$00 – Valorização Urbana de Alpiarça;

Ponto quatro – Alteração ao Regulamento de Pesca – Concessão de Pesca na Barragem dos Patudos;

Ponto cinco – Repartição de Encargos – Empreitada “Reconversão Urbanística do Centro Cívico de Alpiarça, Construção de Parque subterrâneo e arranjos exteriores”.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente da Mesa deu início a este período, com a entrega de moções, por ambas as bancadas.

No uso da palavra o autarca Armindo Pinhão apresentou a seguinte moção:

“Contrato de Concessão de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão

Considerando:

1. Terem decorridos 20 anos sobre o início da concessão de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão e tendo sido já avaliadas as vantagens e inconvenientes do actual contrato e a forma como ele se repercute na qualidade do serviço prestado às populações e a este município;
2. A EDP encontra-se actualmente em situação económica privilegiada, como o demonstram as centenas de milhões de contos de lucros obtidos nos últimos anos para os quais contribuíram decisivamente os municípios que representam 60% da facturação da EDP;
3. Ser notório em todo o país e em particular em Alpiarça, a contínua degradação do serviço prestado pela EDP à população e município, quer no que respeita a falta de investimento na manutenção e melhoria das redes de distribuição, conforme se encontra consignado no contrato de concessão, quer no prolongamento injustificável do tempo de resposta a avarias e de interrupção do fornecimento, quer, ainda, do atendimento público nos seus balcões por diminuição do pessoal ou encerramento de balcões sem prévio conhecimento ou autorização das autarquias, como se verificou em Alpiarça;
4. Ter sido negociado pela ANMP um contrato-tipo que, sem prejuízo de constituir uma boa base de negociação, não encontrou as melhores soluções para questões da maior importância para os municípios e para a qualidade do serviço prestado, como:

Assembleia Municipal de Alpiarça

- Fixar mecanismos de penalização da concessionária por negligência, prejuízo ou uso indevido do património;
 - Obrigar a que o regime da concessão se aproxime das regras e prazos do concurso público, nos termos da lei geral aplicável;
 - Clarificar a propriedade e valor do património afecto à concessão que, em nosso entender, deve ser inequivocamente do município em cuja área se situa;
 - Estabelecer claramente o direito das autarquias à cobrança de taxas pela ocupação do espaço público nas áreas de responsabilidade directa da EDP que excedem o âmbito da concessão;
 - Impossibilitar a EDP de utilizar a concessão e o património que lhe está afecto para outros fins a não ser mediante acordo escrito com o município e com o correspondente pagamento livremente negociado em função das realidades concretas;
 - Obrigar o condicionamento aos instrumentos legais de ordenamento do território do direito da EDP à utilização das vias públicas, respectivos subsolos e espaço aéreo.
5. Ter sido efectuado a denúncia do contrato de concessão e, tendo a EDP demonstrado interesse em se manter como concessionária, poder seguir-se uma fase de negociação.
- Os Eleitos da CDU propõem que:
- O Município negocie com a EDP novo contrato de concessão tendo em vista concretizar os objectivos referidos;
 - Se exija que o Governo não publique em portaria o clausulado acordado com a ANMP o que constituirá, a concretizar-se, grave atentado à autonomia do poder local;
 - Se exija do Governo e da Assembleia da República a alteração do quadro legal no respeito da autonomia dos municípios, dos direitos dos concedentes e da garantia dos níveis de qualidade do serviços prestado.

30 de Abril de 2001

Os Eleitos pela CDU”

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra para a discussão da moção e interveio o Sr. Presidente da Câmara para pedir um esclarecimento sobre se existe obrigatoriedade de ser a EDP, a qual foi esclarecido pelo autarca Armindo Pinhão, referindo que poderá ser a EDP ou não.

O Sr. Presidente da Mesa pôs à votação esta moção, a qual foi aprovada por unanimidade.

No uso da palavra o autarca Henrique Arraiolos apresentou a seguinte moção:

“COMEMORAÇÕES DO 1.º DE MAIO

1 de Maio de 1886. Centenas de milhares de operários de Chicago participaram na greve geral pela jornada de oito horas convocada pela Federação dos Trabalhadores dos Estados Unidos e Canadá. A repressão patronal e policial foi violenta: vários mortos, centenas de feridos e detidos. Oito, são arbitrariamente condenados à morte.

Estes trágicos acontecimentos levaram a que, em 1889, os Congressos Operários de Paris declarassem o 1.º de Maio como Dia Internacional do Trabalhador e convocassem para o ano seguinte uma grande manifestação internacional.

Desde então, o movimento operário e sindical internacional reforçou a sua organização e implantação, assumindo-se como motor da transformação progressista das sociedades no sentido da solidariedade, justiça social, igualdade, liberdade, democracia e paz.

Hoje, 115 anos depois, a coragem, combatividade, unidade e confiança no futuro inerentes ao 1.º de Maio continuam a marcar a luta e a acção dos trabalhadores do mundo inteiro. Por acção do movimento cada vez mais forte do grande capital, fruto da globalização multinacional, são enormes as desigualdades entre seres humanos de todo o mundo.

Mil milhões de pessoas vivem no limiar das profundezas da pobreza.

10 Milhões de crianças com menos de 5 anos morreram de fome só em 1999.

Também os portugueses sofrem do mesmo efeito da Globalização:

- O custo da hora de trabalho em Portugal é 3,1 vezes inferior à média europeia;
- O salário mínimo continua em 67 contos mensais;
- A precariedade aumenta sem cessar, afectando mais de 750 mil trabalhadores;
- 42% dos trabalhadores precários são jovens;
- Mais de 30.000 jovens licenciados estão no desemprego ou em ocupações pouco qualificadas ou precárias;
- O patronato não cumpre a legislação de prevenção e segurança no trabalho. Nos últimos 5 anos, morreram, em média, em acidentes de trabalho, cerca de 620 trabalhadores por ano e muitos milhares ficaram total ou parcialmente incapacitados;
- As mulheres são as principais vítimas dos baixos salários e dos despedimentos;
- Há milhares e milhares de famílias que vivem ainda em condições degradantes;
- Há imigrantes a trabalhar sem quaisquer direitos e com salários de miséria;
- **Os níveis salariais e as condições de trabalho não são motivadoras.**

- O futuro do país requer modernização e valorização da força de trabalho, com a criação de emprego e qualidade, formação e qualificação profissionais elevadas, no sector público, como no privado.

Assembleia Municipal de Alpiarça reunida em 30 de Abril de 2001, assinala assim a importância e o significado do 1.º de Maio, manifestando a sua total solidariedade para com todos os trabalhadores do mundo inteiro.

Os Eleitos da CDU.”

O Sr. Presidente da Mesa pôs esta moção à discussão, tendo sido a mesma aprovada por maioria, com seis votos a favor e nove abstenções.

A autarca Vera Noronha fez a seguinte declaração de voto: “Eu queria fazer uma declaração de voto porque apesar de na maior parte da moção estar de acordo com o que ela diz, relativamente a alguns dados do nosso país, penso que podem ser estes, não estou sequer a por isso em causa, só faltou dizer que já estivemos em situações bem piores e que portanto por isso mesmo dá a sensação que ao lermos este bocado dos efeitos da globalização do nosso país, que esta é uma situação que se tem vindo a degradar, na minha opinião é exactamente ao contrário, nós já tivemos situações bem piores se andarmos uns anos atrás no tempo e portanto como isso não está escrito aí eu abstive-me”.

No uso da palavra o autarca Manuel Feliciano apresentou a seguinte moção:

“Aplicação de nova taxa fiscal sobre o vinho”

“Os Portugueses foram recentemente surpreendidos com a intenção da Comissão Europeia em alterar a incidência fiscal sobre o vinho, impondo uma taxa de cerca de trinta escudos por litro, taxa de cerca de trinta escudos por litro, taxa essa até agora inexistente.

Esta imposição, sem consulta ao Governo Português e de acordo com documento comunitário de 26 de Fevereiro, refere que “por razões de facilidade”, não existe por parte da Comissão Europeia intenção de consultar Portugal sobre esta questão, avançando-se ainda com a ideia de que se deverá conseguir o apoio da França, Itália, Espanha e Alemanha para a aplicação de taxa sobre o vinho.

Considerando que:

- A aplicação desta medida no país, vai traduzir-se no aumento de trinta escudos por litro com as nefastas consequências económicas que terá para os vitivinicultores portugueses e em particular para os de Alpiarça;

Assembleia Municipal de Alpiarça

- A comissão Europeia não consultando um estado membro de direito como Portugal, revela total discriminação entre Estados, deixando em aberto inclusive, tomadas idênticas de posição noutros sectores da economia;
- O consumo do vinho em Portugal pode cair mais de 30%, de acordo com estudo elaborado por um consultor britânico, a pedido da Comissão Europeia, em detrimento do aumento da cerveja.

A Assembleia Municipal de Alpiarça, na sua reunião de 30 de Abril de 2001, manifesta a sua total indignação, estranhando o tratamento e consideração que Portugal merece junto dos seus parceiros da Europa.

Exige ainda, que o Governo mantenha posição firme junto da Comissão Europeia no sentido de recusar a aplicação da medida fiscal sobre o vinho.

Exige ainda, que as estruturas representativas do sector vitivinícola sejam devida e rapidamente ouvidas, no sentido de se pronunciarem sobre esta matéria.

Esta moção será levada ao conhecimento do Sr. Ministro da Agricultura Capoulas Santos e Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República.

Alpiarça, 30 de Abril de 2001

Os Eleitos da CDU”

O Sr. Presidente da Mesa deu a palavra para a discussão da moção e interveio o autarca Josué Cavalheiro para referir que são normas da Comunidade Europeia e embora possam ter reflexos a nível da autarquia e a nível do concelho, tem causas e efeitos a nível nacional, referiu ainda que o nosso regimento diz muito claramente quais são as competências da Assembleia Municipal e que julga que esta é uma das competências que não diz directamente respeito a esta, mas que é uma competência da Assembleia da República.

Interveio o autarca Henrique Arraiolos para referir que estranha esta observação, porque é obvio que a CDU ao apresentar uma moção desta natureza tem uma preocupação fundamental com os vitivinicultores da nossa terra e do nosso concelho.

Usou da palavra o autarca Álvaro Brasileiro para referir que os nossos vitivinicultores são vitimas também desta situação e que é um problema gravíssimo que vivemos, é um problema concelhio e seja ele qual for, embora seja abrangente a outros países nós estamos a sofrer as consequências, pelo que, por essa razão, dá o seu aval e voto favorável.

Interveio o autarca Josué Cavalheiro para dizer que não compete à Assembleia Municipal mandar recados ao Governo e que não vê nada que diga que nós possamos fazer isso.

Usou da palavra o autarca Álvaro Brasileiro para dizer que temos o direito e o dever de alertar o Governo do assunto porque até é uma colaboração dar uma ajuda ao Governo em relação a esta situação porque se ignorou completamente a situação de Portugal em relação ao problema Comunitário, e que estamos a dar uma ajuda, um contributo.

Usou da palavra a autarca Vera Noronha para referir que pensa que neste tema como em alguns outros, Portugal deve ter o cuidado de continuar a tentar fazer negociações no sentido de termos algumas situações de excepção, porque somos um país e nomeadamente a nossa região, com a economia muito assente na agricultura, pelo que, este é um problema que nos diz respeito a todos, e se noutras áreas conseguimos algumas situações de excepção porque não tentar também nesta área. Referiu ainda que nós temos em Alpiarça vinhos de grande qualidade, os quais poderão ser de facto punidos gravemente, se esta medida for assumida para Portugal, portanto daí o seu apoio a esta moção.

O Sr. Presidente da Mesa pôs à votação esta moção, a qual foi aprovada por maioria com 13 votos a favor e 2 abstenções.

No uso da palavra a autarca Fátima Rodrigues apresentou a seguinte moção:

“Mais uma vez festejámos na rua o 25 de Abril.

É nesta data que o povo sai para a rua e festeja sem olhar a cores de partidos, simplesmente de cravo na mão.

Louvamos a **Câmara Municipal de Alpiarça** por mais uma vez ter organizado as comemorações com empenho e olhando para a população de Alpiarça.

Fazemos votos para que nos anos vindouros se volte a comemorar o 25 de Abril sem ódios nem rancores mas com democracia.

Para que isto tudo aconteça, só é preciso que os jovens sintam que vale a pena fazer a festa da liberdade.

A bancada do Partido Socialista.”

O Sr. Presidente da Mesa pôs esta moção à discussão, tendo sido a mesma aprovado por unanimidade.

O senhor Presidente da Mesa convidou o Sr. Presidente da Câmara Municipal a apresentar resumidamente a informação à Assembleia Municipal.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal apresentou a informação escrita acerca da actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, de acordo com o Art.º 53º da Lei n.º 169/99, cujo teor foi o seguinte:

1. ACTIVIDADE DIÁRIA DE MAIOR REALCE

2001.02.24

Conselho de Administração da FJR

2001.02.28

Reunião da Comissão de Vistorias – Definição e enquadramento de procedimentos

Reunião no GAT – Santarém

Reunião da Comissão de acompanhamento da empreitada da limpeza da Vala de Alpiarça

Reunião da Assembleia Municipal

2001.03.01

Conselho de Administração da RESIURB

Reunião com Administrador do NERSANT - Feiras

2001.03.03

Reunião do Conselho Municipal de Juventude

2001.03.05

Comemoração do aniversário do nascimento de José Relvas – Concerto na Casa Museu dos Patudos

2001.03.06

Escola Superior de Gestão – presença na assinatura de protocolo com Escola Superior de Enfermagem

Presença no Fórum Nacional de Campismo – FIL

Reunião com Associação de Ciclismo de Santarém

Jantar de Aniversário do Corpo de Bombeiros

2001.03.07

Reunião de Câmara

2001.03.08

Comemorações do Dia Internacional da Mulher – Café Concerto

2001.03.09

Colóquio na Escola EB 2,3 /S de José Relvas

2001.03.10

Inauguração da EXPO CRIANÇA

Assembleia Municipal de Alpiarça

2001.03.13

Reunião com Dr. Pedro Mello – Beneficiação da Ligação Casalinho – Parreira

2001.03.15

Reunião com Associação Pais da Escola EB 2,3 / S – Construção de Pavilhão

Cerimónia de final de Curso “ Escola – Oficina “ – Garrido, Ld^a

2001.03.19

Reunião com Presidente do NERSANT – QCA III

2001.03.20

Reunião com SEAL – Ministério do Ambiente – Estatuto Jurídico Corpos Bombeiros

2001.03.21

Reunião com Governador Civil Santarém – intempéries

Comemorações do Dia Mundial da Floresta

Reunião de Câmara

2001.03.22

Seminário sobre Ambiente – Chamusca

Reunião de Pais no Jardim de Infância de Alpiarça

2001.03.23

Reunião com Director da EDP – prolongamento IP

2001.03.24

Comemorações Dia da Juventude – Concerto na Salão dos Bombeiros e da Música

Reunião com Dr. Pais de Brito (Director do Museu de Etnologia) – Novos pólos museológicos

Reunião com Arq. Vítor Mestre – Universidade Vinho

2001.03.26

Reunião com Presidente da CCRLVT – QCA III

2001.03.27

Programa Antena 1 – Directo de 2 horas a partir da Casa Museu dos Patudos

Assembleia Geral da Agroalpiarça

2001.03.28

Deslocação á Coudelaria de Alter do Chão – Cavalo do Sorraia

Reunião na CVRR – Concurso de vinhos engarrafados do Ribatejo

2001.03.29

Reunião C.A da AMLT

Reunião com Comandante da GNR

Assembleia Municipal de Alpiarça

Reunião de Câmara

2001.03.30

Assembleia Geral da INOVARTEJO

Reunião na CCRLVT – QCA III

Reunião Conselho de Administração da FJR

2001.03.31

Entrevista na RCA. – Aniversário do Concelho

Encontro com Professores e alunos da Escola EB 2,3/S do Sardoal na Barragem dos Patudos

2001.04.01

Inauguração de Exposição de Aquarelas de Vasco Botelho de Sousa, na Galeria da Casa Museu dos Patudos

Concerto na Igreja Paroquial

2001.04.02

Aniversário do Concelho:

Inauguração de Rua da Patracola

Inauguração de Travessa da Patracola

Inauguração de Canto das Alcobias

Inauguração de Rua Maria Rocha Coutinho (prolongamento)

Inauguração de valorização urbana operada no “Largo da Misericórdia”

Inauguração de Casa do Benfica

Inauguração de Arrelvamento do Estádio Municipal Dr. Raul José das Neves

Entrega de Medalhas Municipais de antiguidade

Entrega de Medalhas Municipais de Mérito

2001.04.04

Reunião Plenária do Comité das Regiões – Bruxelas

2001.04.05

Reunião Plenária do Comité das Regiões

Recepção no Aeroporto de Lisboa aos 2 Bombeiros que estiveram presentes na Missão Humanitária em Moçambique

Reunião na Escola EB 2,3 / S de José Relvas

2001.04.06

Reunião com Direcção da Coudelaria de Alter do Chão – Cavalos do Sorraia

Reunião com Direcção da Adega Cooperativa da Gouxã

Assembleia Municipal de Alpiarça

2001.04.07

Conferência sobre Municipalismo, “Pensar os Municípios Hoje”, na Faculdade de Letras de Lisboa

2001.04.09

Reunião com Direcção da Coopvinhal

Reunião com Agricultores – intempéries

2001.04.10

Reunião com Gestor do Programa Operacional do Desporto – Pista Atletismo

Reunião com Bertino Coelho – III Mostra de Cantares do Ribatejo

2001-04-11

Reunião com Presidente da CCRLVT e Gestor da AID “VALTEJO”

Reunião de Câmara

2001.04.16

Reunião com Director do IFADAP – Intempéries

Recepção ao Grupo Coral de Poitiers

2001-04-19

Reunião com RTP (DRº Helena Balsa)

2001-04-20

Reunião Encarregados

Seminário sobre Turismo e Desenvolvimento Regional

2001.04.21

Seminário sobre Turismo e Desenvolvimento Regional

2001-04-22

Seminário sobre Turismo e Desenvolvimento Regional

2001-04-23

Comemorações do Dia Mundial do Livro

2001-04-24

Sessão Solene da Assembleia Municipal

Comemorações 25 Abril

2001.04-25

Comemorações 25 Abril

2001-04-26

Reunião na Região de Turismo do Ribatejo

2001-04-27

Colóquio “Guerra Colonial e o 25 de Abril”

2. ACTIVIDADE GENÉRICA

2.1 Serviço de Obras

a) Colocação de ramais de esgotos em:

- . Frade de Cima
- . Rua da Patracola
- . Travessa da Patracola
- . Rua Joaquim Magalhães – ligação ao eixo do Recinto de Espectáculos
- . Rua Jacinto dos Mártires Falcão

b) Colocação de sinalização em Frade de Cima e Zona Industrial

c) Implantação de passeios na Rua Jacinto dos Mártires Falcão, Bairro dos Pescadores e Rua Dr. Hermínio Duarte Paciência

d) Reparação de passeios com calçada portuguesa

e) Reparação de buracos nas Ruas Maria Luisa Falcão e Pedro Álvares Cabral

f) Reparação e manutenção de vias não asfaltadas

g) Trabalhos diversos no Estádio Municipal Dr. Raul José das Neves

h) Pavilhão de Espectáculos: Colocação de janelas e pintura

i) Pintura de portões no Quartel dos Bombeiros

j) Trabalhos de carpintaria: Tasquinhas, Artesanato, divisórias para pavilhão, Mesa para Escola de Frade de Baixo, Expo Criança e reparações diversas

k) Reparação de 16 avarias em ramais de água

l) Colocação de 11 ramais de água

m) Colocação de bomba na Central Elevatória de Esgotos

n) Colocação de bomba na Central de Bombagem do Casalinho

o) Serviços Urbanos: limpeza diária da Vila, Poda de árvores, limpeza de “fossas”, “curar” ervas e corte de mato no Parque de Campismo

p) Reparação de conduta na Rua José Relvas

q) ATL – Férias da Páscoa – com o tema: “Os pequenos Repórteres”, a decorrer entre 9 e 17 de Abril

r) Comemorações do Dia Mundial do Livro:

- . Hora do Conto
- . Inauguração da Exposição “O Leitor escreve para que seja possível”
- . Concurso de Contos
- . Contar um Conto, pelo escritor Angelo Torres

s) Comemorações do Dia Mundial da Floresta, com a peça “A Menina do Mar”, para todas as crianças dos Jardins de Infância e 1º Ciclo do Concelho

t) Comemorações do 25 de Abril

3. OBRAS EM CURSO

a) Beneficiação do “Bairro dos 46 Fogos”

b) Piscinas Municipais – Arranjos Exteriores

c) Estádio Municipal – Pista de Ciclismo e Muro Exterior

d) Beneficiação do espaço envolvente ao Centro de Saúde e “Eucaliptal”

e) Circular Viária Norte – Rua Joaquim Magalhães e Bagageira

f) Bairro dos “20 Fogos” – Beneficiação de espaço interior

g) Beco do Hospital – Beneficiação global com implantação de esgotos

h) Beneficiação do “Bairro da Junta”

i) Zona do “Sacadura” – arranjo frontal dos prédios da Planotejo

j) Implantação de protectores de passeio na Albufeira dos Patudos

k) Rua do Pinheiro e Rua 11 de Março, no Casalinho

l) Construção de Depósito em Frade de Baixo

m) Ampliação e beneficiação da pista coberta de atletismo

n) Biblioteca Municipal

o) Casa Museu dos Patudos – reparação de calçada adjacente ao Edifício

p) Alargamento e beneficiação do Dique do Patacão

4. OBRAS ADJUDICADAS

a) Asfaltamento da EN 368 –Ligação Casalinho – Parreira

b) Recuperação global da EN 368 – Ligação Tapada – Alpiarça

c) Asfaltamento das Ruas José do Vale, 1º de Maio e Ezequiel Correia, no Frade de Baixo

d) Asfaltamento do arruamento de acesso á zona desportiva – Ligação Albufeira dos Patudos – Escola EB 2,3 / S de José Relvas

e) Pavimentação da Zona Industrial – 2ª Fase

f) Reconversão Urbanística do Centro Cívico – aguarda visto do Tribunal de Contas

5. OBRAS CONCLUÍDAS

a) Arrelvamento do Estádio Municipal Dr. Raul José das Neves

b) Esgotos no Frade de Cima

c) Asfaltamento da Rua da Patracola

d) Asfaltamento da Travessa da Patracola

- e) Asfaltamento e implantação de passeios no Canto das Alcobias
- f) Asfaltamento e implantação de passeios na Rua Maria Rocha Coutinho (prolongamento)
- g) Asfaltamento da Rua Francisco Sacramento Pratas
- h) Rotunda da Zona Industrial
- i) Asfaltamento da Rua Manuel Arriaga
- j) Rotunda da Misericórdia com implantação de obra escultórica “Fonte de Vida”

6. “OBRAS“ EM FASE DE CONCURSO

- a) Arruamentos urbanos de Frade de Cima – Asfaltamento e implantação de passeios
- b) Reconstrução da Aldeia Palafítica do Patacão
- c) Valorização Ambiental da Albufeira dos Patudos – 2ª fase
- d) Plano Estratégico do Concelho
- e) Parque Urbano de Alpiarça – projecto em fase conclusiva
- f) Universidade do Vinho – Adjudicado elaboração de projecto de arquitectura
- g) Beneficiação de arruamentos urbanos na sede do Concelho:
 - Rua Pedro Álvares Cabral
 - Rua João Maria da Costa e Parque da Câmara
 - Rua Jacinto dos Mártires Falcão
 - Avenida Maria Xavier
 - Rua Joaquim Magalhães
 - Rua Alves Gomes
 - Rua Guerra Junqueira
 - Travessa dos Ferreiros
 - Rua Óscar Monteiro Torres
 - Rua António da Silva Barroso
 - Rua dos Lusíadas
 - Rua do Eucaliptal
 - Rua General Humberto Delgado e Renato Pinhão
 - Largo Dr. José António Simões
 - Rua Fernão de Magalhães
 - Rua do Matadouro
 - Rua Sommer
 - Rua João Durão
 - Rua Afonso de Albuquerque

7. VISITAS AO CONCELHO

- a) Presidente do NERSANT
- b) Director Distrital da EDP
- c) Director do Museu Nacional de Etnologia
- d) Presidente da CVRR
- e) Equipa da RDP – ANTENA 1 – Programa em directo sobre Alpiarça
- f) Equipa da RTP 2 – Programa Acontece
- g) Gestor da A. I. D. – VALTEJO
- h) Presidente da CCRLVT
- i) Director da Coudelaria de Alter do Chão
- j) Delegado Distrital do IND
- k) Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo
- l) Vice-Presidente da Câmara Municipal de Rio Maior
- m) Adjunto do Governador Civil de Santarém
- n) Presidente da Direcção do Sport Lisboa e Benfica
- o) Gestor do Programa Operacional do Desporto
- p) Ministro da Juventude e Desporto

8. SITUAÇÃO FINANCEIRA

Com base nos apuramentos contabilísticos, datados de 2001-04-20, resulta a seguinte situação:

a) Dividas a Fornecedores	73 378 contos
b) Quadro Comunitário e Contratos – Programa	32 980 contos
c) Empréstimos (consagrados)	577 920 contos
Empréstimos (Total da C/C)	285 012 contos
d) Disponibilidades de Tesouraria	90 210 contos
e) Documentos (por receber)	8 569 contos

No uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara mostrou à Assembleia Municipal a nova imagem de marca da AgroAlpiarça, que vai estar presente com um stand na próxima Feira do Vinho, já com as garrafas que foram escolhidas e os rótulos, para o vinho tinto, para o espumante, para a aguardente, para o azeite e para o vinagre.

Interveio o autarca Álvaro Brasileiro para levantar a questão sobre a possibilidade de aproveitar o QCA III para implementar um lagar de azeite em Alpiarça.

Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para tecer alguns considerações sobre esta questão, referindo que existe o Programa Operacional da Economia para este assunto.

Interveio o autarca Armindo Pinhão para pedir um esclarecimento da página sete da informação do Sr. Presidente sobre a situação financeira, tendo perguntado se podia somar as duas parcelas, de empréstimos consagrados e de empréstimos total da conta corrente.

Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para esclarecer que não se pode somar as duas parcelas porque os empréstimos consagrados é a informação final do ano relativamente a tudo o que está consagrado e que os empréstimos total da conta corrente é o que está a ser utilizado neste momento.

Interveio a autarca Raquel Abalada para questionar sobre a conclusão das Piscinas Municipais, visto passar pelo local e lhe parecer que a obra está parada.

Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para fazer os respectivos esclarecimentos, tendo referido que foi impossível trabalhar no espaço exterior das piscinas devido às condições climatéricas, porque com a lama lá é completamente impossível trabalhar, e referiu ainda que em termos de edificação está concluído e que os arranjos interiores também estão completamente concluídos.

Interveio o autarca Vera Noronha para propôr à Assembleia Municipal que se marcasse a data para a visita dos eleitos ao concelho.

Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para propor à consignação da Assembleia Municipal que a visita ao concelho fosse realizada no dia 9 de Junho, com início às 9:30 horas, no largo da Câmara Municipal.

Interveio o autarca Henrique Arraiolos para colocar uma questão, relativamente à situação do Parque de Campismo, uma outra questão sobre a Reserva Zoológica, e o que se pensa lá fazer, uma questão sobre o 25 de Abril, especificamente ao hastear das bandeiras nos Paços do Concelho, referindo que a hora não foi a mais indicada, referindo ainda que a CDU lamenta a intervenção que foi feita pela Autarca Vera Noronha em nome da Bancada do PS na Assembleia de 24 de Abril, nos temos em que ela foi produzida.

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal para esclarecer que o Parque de Campismo foi objecto de concurso público, foi concessionado e dentro das regras da concessão enquanto o concessionário lá estiver e estiver legalmente protegido a Câmara Municipal só pode utilizar os meios que a lei determina, ou seja,

avançar com a renúncia do contrato, o que já foi feito, o processo seguir para tribunal, o que já está feito, visitas do Corpo de Bombeiros, da Delegação de Saúde e da própria Fiscalização da Câmara. Existe uma situação de contrato contencioso com o contrato denunciado, recusa da Câmara em receber rendas e portanto o avançar com uma acção judicial contra o concessionário. Logo que se conseguir retomar posse do Parque de Campismo será a própria Autarquia a desenvolver um projecto para a sua recuperação integral no âmbito de um Programa que se prende com a segunda questão. A questão em relação à Reserva Zoológica prende-se com a do Parque de Campismo por causa de um projecto global, já que existe um programa para ser implementado que é o Programa PITER, é um programa global que tem em vista introduzir mecanismos de valorização turística em toda a Região Ribatejana. O Município de Alpiarça já apresentou ao Programa PITER a requalificação de todo o espaço da Reserva Zoológica obedecendo ao princípio de desejo da criação de um Parque Temático assente numa proposta que foi aprovada em Reunião de Câmara e que tem como elemento central a preservação do Cavalo Sorraia e depois também a criação de uma arborização diversificada de acordo com as condicionantes desse parque e desse projecto temático e avançou também para a requalificação do Parque de Campismo, sendo as duas componentes de ordem municipal incluídas no Programa PITER. Informou ainda que por iniciativa privada, foi apresentado um projecto da construção da Unidade Hoteleira e também um projecto da criação da Reserva Cinegética a nascer na Vale da Lama, tendo referido ainda o problema com o crime Ecológico na Quinta do Patudos. Em relação às Comemorações do 25 de Abril, salientou que a principal preocupação da Câmara Municipal foi recolocar o 25 de Abril na Rua onde ele pertence, junto do povo, junto do espírito que é a festa do povo e a festa na Rua e diversificar as comemorações, dando a conhecer o 25 de Abril.

O Sr. Presidente da Mesa pediu à autarca Vera Noronha para ler alguma da correspondência chegada à mesa da Assembleia Municipal.

No uso da palavra a autarca Vera Noronha leu a seguinte carta:

“Sessão Solene Comemorativa dos 25 anos de Poder Local Democrático

A Associação Nacional de Municípios Portugueses vai celebrar, de 20 de Maio a 12 de Dezembro do corrente ano, os 25 Anos de Poder Local Democrático com um conjunto de actos que integra, designadamente, em 20 de Maio próximo, entre as 11:30 e as 13:30 horas, a realização, em Coimbra, no Auditório da Reitoria da Universidade, de uma Sessão Solene evocativa da efeméride, iniciativa que será seguida de um almoço de confraternização.

Assembleia Municipal de Alpiarça

Nesta conformidade, vem a ANMP convidar V. Ex.^a a participar ou a fazer-se representar por um seu substituto no caso de eventual impedimento, naquelas acções.

Em paralelo, mais lhe solicitamos, Senhor Presidente, diligencie a indigitação de um Presidente da Junta de Freguesia que, nos actos em referência, represente todas aquelas Autarquias do Concelho.

Na certeza do seu melhor acolhimento, e enquanto lhe solicitamos a deferência de nos mandar fazer chegar, tão depressa quanto possível, mas impreterivelmente até ao próximo dia 10 de Maio, a confirmação das duas presenças (nomeadamente através do preenchimento da ficha em anexo), aproveite o ensejo para apresentar os melhores cumprimentos.

Mário de Almeida”

O Sr. Presidente da Mesa solicitou ao Presidente da Junta de Freguesia para que estivesse presente ou que se fizesse representar na Sessão Solene de Comemorativa dos 25 Anos de Poder Local Democrático.

No uso da palavra o Sr. Presidente da Mesa referiu que lhe foram apresentadas duas propostas de resolução pelo munícipe João Serrano, que serão lidas e discutidas durante a intervenção do público.

Os autarcas Armindo Pinhão, Álvaro Brasileiro, Vera Noronha, Josué Cavalheiro e Henrique Arraiolos, referiram-se sobre esta questão.

No uso da palavra a autarca Vera Noronha leu a primeira proposta:

“Proposta de resolução

Alpiarça tem um património político-cultural muito valioso, traduzido por um passado de lutas políticas, em várias épocas. São exemplo nos tempos modernos as lutas liberais, as lutas republicanas e as lutas pela democracia e pela instauração de um regime democrático.

O tempo histórico e o clima democrático em que hoje vivemos justifica que se desenvolva um trabalho sistemático de pesquisa histórica, sociológica e patrimonial, tendo em vista estabelecer as condições em que os alpiarcenses viveram a história nacional e em que medida também a determinaram.

Pelos considerandos, a Assembleia Municipal resolve sugerir à Câmara Municipal que constitua uma equipa de peritos para elaborar essa pesquisa e que negocie a sua publicação com uma Editora independente, tendo em vista divulgar aos Portugueses a importância das actividades e das lutas políticas que os Alpiarcenses desenvolveram naquele período histórico.

Alpiarça, 30 de Abril de 2001.”

A autarca Vera Noronha referiu que a proposta estava assinada.

No uso da palavra a mesma autarca leu a segunda proposta:

“Proposta de Resolução

Considerando a degradação ambiental do Paul da Gouxa provocada pela actividade das designadas Pedreiras do Lena e do Hilário, os signatários desta proposta vêm junto da Assembleia Municipal de Alpiarça manifestar a sua preocupação pelos graves danos ao património natural e ao ambiente, resultantes da extracção profunda de inertes.

Propõem que a Assembleia Municipal, em conjunto com a Câmara Municipal, resolva:

1. Sensibilizar a opinião pública do concelho e do País para a situação;
2. Determinar o enquadramento político e legal para terminar com a actividade das duas empresas, no local;

Uma das formas de sensibilização da opinião pública poderá ser a elaboração e circulação de um abaixo-assinado às instituições de Alpiarça, nomeadamente empresas, Clubes Desportivos, Associações Culturais, Bombeiros e comerciantes.

Outra forma pode ser a de sensibilizar o Governo e o Parlamento.

Alpiarça, 30 de Abril de 2001.”

Interveio o Sr. Presidente da Câmara para informar que a anomalia que havia no livro “As Casas e os Homens”, já está devidamente rectificada e informou ainda que na próxima Assembleia Municipal já podem oferecer um exemplar deste a cada um dos membros da Assembleia Municipal.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto um – Conta de Gerência e Relatório de Actividades – 2000;

O Sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão.

Interveio o autarca Henrique Arraiolos para colocar uma questão, sobre o Relatório de Actividades, na página 16, relativamente às verbas para Expediente, Telefone, Limpeza e Manutenção das Escolas, pedindo um esclarecimento devido ao facto de esta rúbrica apresentar valores altos; uma outra questão na página 31, nas acções não concretizadas onde diz Centro de Estágio - Acção abandonada face à instalação de unidade hoteleira, referindo que gostaria de uma explicação sobre a razão deste abandono. Referiu ainda que na mesma página onde diz, “A Habitação Social só vai ser possível depois de termos registado em nome da Câmara Municipal de Alpiarça os terrenos da bagageira, o que ainda não aconteceu”, perguntou se estes terrenos já foram negociados; depois na página 35, onde está “os Postos Médicos do Frade de Baixo e do Frade de Cima”, perguntou em que situação se encontram neste momento

estes postos médicos.

Interveio o autarca Armindo Pinhão para colocar uma questão sobre o Relatório de Actividades, na página 30, relativamente ao Endividamento, referindo que se tirarem o ano de 1997 e começarem do ano de 1998, que é o ano do início deste mandato, as percentagens que estão a diminuir passam a aumentar.

Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para esclarecer que em relação à página 16, verbas para Expediente são verbas altas mas o executivo não faz qualquer controlo efectivo sobre as diversas requisições, porque confiam inteiramente em quem gere os estabelecimentos de ensino e o que pedem é aquilo que é razoável para o seu funcionamento, referindo ainda que isto retracta aquilo que gastam com o funcionamento corrente dos diversos estabelecimentos de ensino.

Usou da palavra a Vereadora Maria Gabriela Coutinho para dar alguns esclarecimentos sobre as verbas de Expediente das escolas.

Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para esclarecer que em relação à página 31, Centro de Estágio - Acção abandonada face à instalação de uma unidade hoteleira, a acção é abandonada a partir do momento em que existe uma unidade hoteleira de iniciativa privada que se vai fixar no complexo dos Patudos e que dimensiona o seu investimento para acorrer às necessidades que estavam previstas. Em relação à questão da Habitação Social referiu que havia dois locais onde eventualmente se podia equacionar a Habitação Social, uma delas no Olival do Coutinho e outra na Bagageira, o Olival do Coutinho como é do conhecimento da Assembleia tem problemas em termos de legalização, há que negociar as situações que são propriedade particular e que entram em choque com o projecto que estava definido e enquanto entrarem em choque não se pode ter um parecer favorável da CCR; tendo referido ainda que um proprietário particular está a pedir 25 000\$00 por metro quadrado, e que é evidente que não podem negociar um terreno que é para passeios, para utilidade pública, por esse valor; referiu também que daí a opção da bagageira porque como é do conhecimento da Assembleia Municipal a Câmara Municipal detém 1/3 indiviso e os restantes 2/3 pertencem à família do Sr. Ornelas, tendo sido já estabelecidos contactos; houve uma reunião formal e ficou acordado que a Câmara por iniciativa própria está já a proceder aos registos, o que significa que não existe ainda um acordo total mas existe uma situação de pré-acordo e uma capacidade para negociar por parte do detentor dos outros 2/3. Em relação aos Postos Médicos o Sr. Presidente da Câmara referiu que a Câmara Municipal recebeu uma solicitação da

Direcção do Centro de Saúde no sentido de haver uma gestão mais eficaz dos meios humanos que este possui neste momento. Referiu ainda que houve uma reunião no sentido de sensibilizar a população para o facto de que os cuidados de saúde, perante os utentes, terem uma eficácia maior no Centro de Saúde do que nas extensões, como aconteceu de uma forma mais ou menos interrompida. Referiu também que o que a Câmara Municipal fez foi colocar à disposição das populações do Frade de Baixo e do Frade de Cima, em articulação com o Centro de Saúde, a utilização gratuita do autocarro da Câmara para deslocações ao mesmo, e que disponibilizou também o Gabinete de Atendimento ao Munícipe para qualquer colaboração que estes entendam. Em relação à questão da página 30, onde o autarca Armindo Pinhão coloca a questão de se tirar o ano de 1997, o Sr. Presidente da Câmara referiu que os relatórios seguem um figurino, desde 1998, que é uma base comparativa em termos temporais, e que a realidade temporal segue-se por força da análise, reportado ao dia 31 de Dezembro de 1997. Quanto ao relatório da Inspeção-Geral das Finanças referiu que a Assembleia teve conhecimento dele no momento oportuno. Referiu ainda que é um relatório oficial insuspeito, onde se verifica que a dívida do Município de Alpiarça em Janeiro de 1998 era de 825.972.000\$00, e que essa dívida desceu para 405.952.000\$00 e depois teve uma evolução, voltou a subir para 516.636.000\$00, portanto 200.000.000\$00 abaixo do que estava no dia 31 de Dezembro de 1997. Referiu ainda que só no ano 2000 retrata 2.400.000.000\$00 de Obra. Ainda no uso da palavra o Sr. Presidente da Câmara evidenciou alguns dos pontos mais importantes do Relatório de Actividades.

Posto o ponto à votação da Assembleia, foi aprovado por maioria com nove votos a favor e seis abstenções.

Ponto dois – Relações de Geminação entre a cidade de WYSOKIE MAZOWIECKIE, na Polónia e Alpiarça;

Interveio o Sr. Presidente da Mesa para tecer algumas considerações sobre o ponto, mencionando que este ponto é apenas para conhecimento desta Assembleia, dando de seguida a palavra ao senhor Presidente da Câmara, que efectuou alguns esclarecimentos sobre este ponto.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Ponto três – Empréstimo de 31.686.500\$00 – Valorização Urbana de Alpiarça;

O Sr. Presidente da Mesa pôs o ponto à discussão.

Interveio o autarca Armindo Pinhão para referir que se ia abster deste ponto porque

os documentos que lhe foram entregues da Valorização Urbana de Alpiarça não lhe esclarecem sobre a Zona Urbana a que se refere.

Usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para esclarecer que no III QCA, no eixo 1, existem diversas candidaturas e há uma que se chama Valorização Urbana, e que são todas as operações de beneficiação de acessibilidade. Referiu ainda que a candidatura tem que ser um pacote aberto genérico em termos de Valorização Urbana e depois o que se conseguir incluir fora dessa candidatura, inclui-se.

Posto o ponto à votação da Assembleia, foi aprovado por maioria com nove votos a favor e seis abstenções.

Ponto quatro – Alteração ao Regulamento de Pesca – Concessão de Pesca na Barragem dos Patudos;

Interveio o Sr. Presidente da Mesa para tecer algumas considerações sobre o ponto, dando de seguida a palavra ao Vereador José João Pais, o qual usou da palavra para efectuar alguns esclarecimentos sobre este ponto.

Posto o ponto à votação da Assembleia, foi aprovado por unanimidade.

Ponto cinco – Repartição de Encargos – Empreitada “Reconversão Urbanística do Centro Cívico de Alpiarça, Construção de Parque subterrâneo e arranjos exteriores”.

O Sr. Presidente da Mesa usou da palavra para perguntar ao senhor Presidente da Câmara se queria esclarecer alguma coisa sobre este ponto.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal fez os devidos esclarecimentos sobre este ponto.

Posto o ponto à votação da Assembleia, foi aprovado por unanimidade.

PERÍODO DE DEPOIS DA ORDEM DO DIA

Concluída a ordem de trabalhos e havendo diversa assistência na sala, o Sr. Presidente da Mesa informou que estava aberto um período para intervenção do público e que os munícipes presentes apenas poderiam usar da palavra por uma única vez, por um período máximo de cinco minutos, devendo dirigir-se à mesa, e reportar-se a qualquer assunto do seu interesse.

Interveio o munícipe João Serrano, que referiu as suas propostas sobre o Paúl da Goux e sobre a História do Povo de Alpiarça.

Usou da palavra o Sr. Presidente da Mesa para tecer algumas considerações.

Interveio o autarca Armindo Pinhão para referir a importância da questão e sugeriu que a Câmara Municipal recolhesse toda a legislação temática sobre a exploração de inertes.

Interveio o Sr. Presidente da Câmara para tecer algumas considerações e referiu que não há instrumento legal.

Interveio a autarca Vera Noronha para propor que se avançasse de imediato com este processo de denúncia pública.

Interveio o munícipe João Serrano para tecer algumas considerações sobre esta questão.

Usou da palavra o autarca Álvaro Brasileiro para tecer algumas considerações sobre esta questão, bem como os autarcas Henrique Arraiolos, Raquel Abalada, Vera Noronha e o Sr. Presidente da Mesa.

Interveio a autarca Raquel Abalada para propor a criação de um movimento cívico.

Usou da palavra a autarca Vera Noronha para propor a assinatura do documento apresentado à mesa, por parte dos elementos da Assembleia Municipal, Câmara Municipal e Junta de Freguesia.

Usou da palavra o munícipe João Serrano para propor que esta proposta de resolução seja transformada num abaixo assinado.

Interveio o Sr. Presidente da Câmara para referir a importância dos órgãos do município serem os primeiros a dar o seu aval a este protesto, e de estarem presentes nesta tentativa de sensibilizar a opinião pública e as instâncias decisórias.

Interveio a Vereadora Maria Gabriela Coutinho para referir que tudo o que era possível a Câmara Municipal fazer legalmente foi feito e que não resultou.

Usou da palavra o munícipe Raúl Figueiredo para referir que esta questão é da máxima importância, salientou ainda que existe um vazio legal que permite que se possa actuar desta forma.

O Sr. Presidente da Mesa pôs a proposta de resolução à aprovação, sendo aprovada por unanimidade, proceder à assinatura da proposta de resolução.

Interveio o autarca António Milheiriço para referir a necessidade de acelerar o processo.

Usou da palavra o munícipe João Serrano para apresentar a proposta de resolução sobre a constituição de uma equipa de peritos para a elaboração de uma pesquisa, sobre as actividades e lutas políticas que os Alpiarcenses desenvolveram ao longo dos anos.

Usou da palavra o Sr. Presidente da Mesa para pedir à autarca Vera Noronha para ler novamente a proposta de resolução.

No uso da palavra a autarca Vera Noronha leu a Proposta:

“Proposta de resolução

Alpiarça tem um património político-cultural muito valioso, traduzido por um passado de lutas políticas, em várias épocas. São exemplo nos tempos modernos as lutas liberais, as lutas republicanas e as lutas pela democracia e pela instauração de um regime democrático.

O tempo histórico e o clima democrático em que hoje vivemos justifica que se desenvolva um trabalho sistemático de pesquisa histórica, sociológica e patrimonial, tendo em vista estabelecer as condições em que os alpiarcenses viveram a história nacional e em que medida também a determinaram.

Pelos considerandos, a Assembleia Municipal resolve sugerir à Câmara Municipal que constitua uma equipa de peritos para elaborar essa pesquisa e que negocie a sua publicação com uma Editora independente, tendo em vista divulgar aos Portugueses a importância das actividades e das lutas políticas que os Alpiarcenses desenvolveram naquele período histórico.

Alpiarça, 30 de Abril de 2001.”.

Interveio o Sr. Presidente da Câmara para se referir à primeira proposta, sugeriu que seja nomeada uma equipa restrita para elaboração de um documento com a recolha de assinaturas de acordo com as instituições que vêm referenciadas no documento. Sugeriu ainda que houvesse uma conferência de imprensa, transmitindo os passos que se iam seguir e que imediatamente se solicitasse uma audiência à quarta Comissão – Comissão Administrativa do Território da Assembleia da República – e em simultâneo ao Ministério do Ambiente.

O Sr. Presidente da Mesa pôs a proposta do Sr. Presidente à aprovação, sendo esta aprovada por unanimidade, tendo sido aprovado que a Câmara fica com o aval da Assembleia para formar a equipa.

Interveio o Sr. Presidente da Câmara para questionar sobre a constituição da equipa de peritos, da segunda proposta.

Usou da palavra a autarca Raquel Abalada para propor que haja Membros da Assembleia Municipal nesta equipa.

Interveio o autarca Álvaro Brasileiro para propor que haja pessoas com formação académica acompanhados por alguém com conhecimento da realidade.

Interveio o município Pedro Branco para propor que a equipa seja constituída por um elemento da Assembleia Municipal da CDU, um elemento da Assembleia Municipal do PS e outro elemento da Vereação da Cultura.

Interveio a Vereadora Maria Gabriela Coutinho para tecer algumas considerações sobre o custo de uma obra desta natureza, referindo também que existe um trabalho

Assembleia Municipal de Alpiarça

do Dr. Nunes Prates que pode ser enriquecido e desenvolvido pelo autor.

Usou da palavra o Sr. Presidente da Mesa para propor que a equipa fosse feita com o munícipe João Serrano, um elemento da Bancada do PS, um elemento da Bancada da CDU e um da Câmara Municipal.

Foi decidido por unanimidade passar a decisão para a próxima sessão da Assembleia Municipal.

Não se registando mais nenhuma intervenção dos munícipes, o Sr. Presidente da Mesa deu por esgotado este período e pôs à aprovação a minuta da acta da sessão, para efeitos de execução imediata das deliberações, a qual foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo para tratar, foi pelo Sr. Presidente da Mesa encerrada a sessão, da qual para constar se redigiu a presente acta, que vai pelos membros da Mesa ser assinada.

Presidente: _____

1.º Secretário: _____

2.º Secretário: _____

/B.N.